

SUMÁRIO

PREFÁCIO — <i>Paulo Sergio João</i>	11
INTRODUÇÃO	13
1. DA HERMENÊUTICA JURÍDICA TRABALHISTA	17
1.1. Considerações iniciais	17
1.2. Colocação do problema	18
1.2.1. Da competência material para apreciação do dano moral decorrente do acidente de trabalho.	18
1.3. Da relevância do tema	20
1.4. A interpretação jurídica	22
1.4.1. O método como bússola do pensador	22
1.4.2. A dinâmica social e a verdade jurídica	26
1.5. Do caráter dialético deste estudo.	28
2. ESTABILIDADE E GARANTIA DE EMPREGO	29
2.1. Considerações iniciais	29
2.2. Acepção do termo estabilidade	29
2.3. A estabilidade durante a relação de emprego	29
2.4. A estabilidade como instituto jurídico de garantia de emprego	32
2.5. Conceito	34
2.6. Estabilidade de emprego	35
2.6.1. Aspecto histórico e social	36
2.7. Estabilidade no emprego	40
2.7.1. A estabilidade imprópria	42
2.7.2. A estabilidade própria	42
2.7.3. Fundamento da estabilidade	43
2.7.4. Aspecto da unilateralidade da estabilidade	44
2.8. Conclusão	44
3. ASPECTO HISTÓRICO DA ESTABILIDADE NO EMPREGO NO BRASIL ..	47
3.1. Considerações preliminares	47
3.2. A caixa de aposentadoria e pensão e a estabilidade	50
3.2.1. Evolução legislativa sobre a estabilidade no emprego	51
3.2.2. O Enunciado n. 20 do Tribunal Superior do Trabalho	54

3.2.3. O Enunciado n. 21 do Tribunal Superior do Trabalho	54
3.2.4. O Enunciado n. 26 do Tribunal Superior do Trabalho	56
3.3. O contrato de trabalho e o instituto da estabilidade	58
3.3.1. A estabilidade como essência do contrato de trabalho	59
3.3.2. Os efeitos da estabilidade	62
3.3.3. O advento da lei do FGTS	64
3.3.4. Aspectos constitucionais	67
4. PROTEÇÃO À RELAÇÃO DE EMPREGO: ESTABILIDADE PROVISÓ- RIA E A TEORIA DA NULIDADE DA DEMISSÃO	71
4.1. Considerações iniciais	71
4.2. Efeitos da estabilidade provisória	72
4.2.1. No contrato a termo	72
4.2.2. No aviso prévio	74
4.3. Estabilidade provisória: absoluta e relativa	75
4.4. Do tratamento constitucional	76
4.5. Do servidor público regido pela CLT — empregado público	77
4.6. Da garantia de emprego na Constituição	79
4.7. Da garantia de emprego no setor privado: teoria da nulidade da demissão	80
4.8. A nulidade no direito civil e no direito do trabalho	84
4.9. O ato nulo e a prescrição	86
4.10. Conclusão	86
5. DA COMPATIBILIDADE LEGAL DOS REGIMES DO FGTS E O DA ESTABILIDADE	87
5.1. Da análise do inciso III do art. 7º da CF/88	87
5.2. Da mudança de tratamento da matéria	88
5.3. Da tentativa histórica de se compatibilizar os dois institutos	90
5.4. Da análise do art. 477 da CLT	94
5.5. Da indenização pela demissão arbitrária ou sem justa causa	96
5.6. Conclusão	97
6. A MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE NO EMPREGO	99
6.1. Considerações iniciais	99
6.2. Estabilidade decenal	102
6.2.1. Considerações propedêuticas	102
6.2.2. O surgimento do FGTS	104
6.2.3. Da compatibilidade dos institutos após a Constituição Fe- dederal de 1988	105
6.2.4. A motivação para uma nova leitura sobre a estabilidade de- cenal	107

6.2.4.a. A estabilidade decenal antes da Constituição Federal de 1988.....	108
6.2.4.b. A estabilidade decenal após a Constituição Federal de 1988.....	113
6.3. Análise da teoria da não-revogação do art. 492 da CLT pela Constituição Federal de 1988.....	118
6.3.1. Da análise do art. 7º da Constituição Federal.....	118
6.3.1.a. Da interpretação constitucional.....	119
6.3.1.b. Conclusão.....	123
6.3.2. Da análise do inciso I do art. 7º da Constituição Federal....	123
6.3.2.a. A expressão “dentre” do inciso I do art. 7º da CF/88 ..	125
6.3.2.b. Da <i>mens legislatoris</i> do inciso I do art. 7º da CF/88..	126
6.3.2.c. Da <i>mens legis</i> do inciso I do art. 7º da CF/88	128
6.3.3. Da ausência do termo <i>estabilidade</i> na Constituição.....	136
6.3.4. Do posicionamento jurisprudencial.....	139
6.3.5. Da demissão discriminatória.....	141
6.3.6. Da estabilidade plena ou estabilidade como regra geral....	142
6.3.7. Recepção do dispositivo com força de lei complementar....	144
6.3.8. Da mudança de paradigma.....	145
6.4. Conclusão.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153